

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 492.016 - SC (2019/0033900-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : RAFAEL MORAIS DE OLIVEIRA
ADVOGADO : JOSE RENATO NUNES - SC010225
AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por RAFAEL MORAIS DE OLIVEIRA, contra decisão que indeferiu liminarmente o **writ**, em virtude da deficiência de instrução dos autos.

No presente pedido, requer a juntada das peças necessárias para a compreensão da questão e reitera os argumentos do **writ**.

É o breve relatório.

Decido.

Reconsidero a decisão de fls. 65-67 e passo a apreciar a medida liminar.

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isto porque, do exame da r. decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, tem-se que tal **decisum** estaria suficientemente fundamentado na necessidade de acautelamento da ordem pública, notadamente se considerada a periculosidade concreta do agente que integraria organização criminosa - "*O denunciado Rafael, por sua vez, agia como "olheiroTradinho" err benefício do grupo, permanecendo "aos pés" do Morro da Edith na posse de um rádic comunicador para informar aos demais denunciados eventual aproximação de policiais*" " (fl. 125).

Como cediço, "A necessidade de se interromper ou diminuir a

atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95024/SP, **Primeira Turma**, Rel^a. Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 20/2/2009, grifei), como na hipótese.

Não há que se falar, portanto, **em princípio**, em ilegalidade da prisão. Assim, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada neste juízo meramente perfunctório, razão pela qual **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas, ao d. juízo de primeiro grau.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator